



É Sobre qual Sujeito?

Claudine Normand

RESUMO – É Sobre qual Sujeito? O artigo focaliza, com base na linguística, os termos *sujeito, indivíduo e pessoa*, cotejando o sentido destes no âmbito da língua ordinária e o sentido que assumem no emprego em teorias contemporâneas nas ciências humanas e sociológicas. Partindo do pressuposto de que escrever *sobre a língua* difere de escrever *em língua*, desenvolve análise de exemplos, demonstrando a persistência dos sentidos na língua ordinária e o modo como a mesma rejeita sentidos estrangeiros. Conclui que a análise cuidadosa da língua torna possível reconhecer, nos usos especializados, dentre os esforços para produzir novos sentidos sobre o homem e a sociedade, palavras de compreensão restrita aos próprios especialistas, não obtendo registro na língua ordinária.

Palavras-chave: **Uso Linguístico. Sujeito. Indivíduo. Pessoa.**

ABSTRACT – Which Subject? The article, based on linguistics, focuses on the terms *subject, individual* and *person*, comparing the effect of their use in the context of ordinary language and the meaning they assume when employed in contemporary theories in the social sciences and humanities. Assuming that writing *of* language differs from writing *in* language, the study demonstrates the persistence of meanings in ordinary language and how it rejects foreign meanings. The article concludes that a careful linguistic analysis makes it possible to recognize that, among specialized discourses, the efforts to produce new meanings about man and society produce jargons which remains limited to the understanding of the experts themselves, not being recorded in ordinary language.

Keywords: **Language Use. Subject. Individual. Person.**

Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 681-691, set./dez. 2011.
Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

Endereçamento

Faz tempo, tive um sonho cuja lembrança precisa me ficou. Lá estavas presente, cara Michèle, como muda testemunha. Eu não sei quem representavas nem quem era a personagem estranha a quem eu endereçava um veemente protesto: ‘E nós, então, como escrevemos?’. Era preciso desdobrar as camadas de rancor empilhadas neste verbo escrever. Retive somente a contestação de uma metalinguagem imposta, à qual contudo me sujeitava, parecia, sem esforço, e a reivindicação repentina, furiosa e desesperançada, de que outra coisa enfim fosse possível a este nós, os linguistas, designados como tal. Desde então enganei-me de diversas formas com esta dificuldade, e hoje não pretendo outra coisa a não ser te oferecer as observações a seguir, das quais és a destinatária duplamente: porque, se figuraste sem o saber nesta cena tão privada, é na plena claridade do dia que fui encorajada por ti a uma maneira verdadeira de abordar a língua.

[...] uma verdadeira transformação do sujeito, não do indivíduo, mas do próprio sujeito em seu modo de ser sujeito (Foucault, 2001).

Em suma, onde não havia de início pessoa apareceu então “uma pessoa”, alguém (Landowski, 1998)¹.

Gostaria de propor uma defesa da língua ordinária. É isso, irão me dizer, o trabalho que já fazem os linguistas; inútil pô-lo como novidade e, além disso, seria necessário defendê-la? Experimente, de preferência, demonstrá-lo!

É bem o centro da questão precedente: escrever *sobre* a língua – o que os linguistas têm como ofício – pode ser muito diferente de escrever *em* língua, como o testemunha esta frase mesmo, em sua construção laboriosa: compreensível, sem dúvida, mas excluída do uso simples e comum.

Mas este uso simples e comum existe? Alguns dizem que é uma ficção, que só há diferenças, o que não impede de se compreender, mediante alguns ajustes, graças ao diálogo. Nada de exclusivo, nada de critério de aceitabilidade, ainda menos de asterisco! Só existe a variação infinita da fala viva...

Para outros, que foram por muito tempo escutados, uma competência soberana, saber misteriosamente interiorizado, autoriza-nos a rejeitar tal ou qual enunciado que não revelaria, com precisão, o comumente aceito nesta língua que se define por não pertencer nem à ciência, nem à literatura, nem à intenção pessoal de um estilo; uma entidade negativa, em suma, que apela somente ao sentimento dito *linguístico* de cada um, critério contestável, mas o único do qual disporíamos.

Neste debate, que está longe de se encerrar, minha preocupação é grande. Como recusar-se a ver a variação onipresente, quando se tem a cada dia a experiência de que toda discussão exigiria um esforço mútuo de tradução? Talvez seja mesmo o caso de qualquer conversa banal, quando se tenta evitar

os mal-entendidos. E o que dizer destes fragmentos, percebidos de passagem, que se endereçam a outros na nossa língua, parece, mas no interior de códigos – lexical, sintático, fonético – estranhamente deslocados, locuções de outra época e de uma língua que se tornou estrangeira para nós?

Se é preciso, pois, voltar-se ao reconfortante círculo da especialidade, eu gostaria, ao menos, de me assegurar de que não me enredei totalmente em uma fantasia ao tomar como objeto *a língua*, uma língua mais ou menos comum, mais ou menos partilhada, no entanto, reconhecível e analisável como tal. Irei mais longe, correndo o risco do paradoxo: apesar da evidência, a cada dia manifestada, de uma transformação contínua que seria bruscamente acelerada sob o efeito do desenvolvimento das técnicas de comunicação, eu vejo a prova da existência natural de uma língua ordinária no fato, não menos observável, de que ela resiste, ancorada de algum modo em posições arcaicas, opondo o seu real obtuso ao assalto de jargões da modernidade.

É assim que a língua ordinária resiste à popularização das ciências humanas, que se esperaria presentes, entretanto, no discurso cotidiano, haja vista a maneira pela qual elas ocupam as instituições através do olhar de especialistas e jornalistas. Contra o esperado, percebe-se que estes usos permanecem como o de especialistas e deslizam sobre a língua sem nela se instalar, menos poderosos nesse caso do que Coca Cola ou Mac Do. É pelo menos isto que eu tentarei mostrar a partir de alguns termos correntes que as ciências humanas herdaram da filosofia. Nesta investigação, encontrei uma crônica de Roger-Pol Droit², da qual tomei emprestado o título; ela levava em conta algumas obras recentes de inspiração antropológica de que retomo parcialmente o tópico que resume meu projeto: *Uma reflexão sobre o indivíduo, a pessoa e a subjetividade*.

Indivíduo, Pessoa, Sujeito

Diferentemente do autor da crônica, não me interessarei pela tomada filosófica dos conceitos, nem por seu retorno massivo à cena intelectual, após serem descartados pelo estruturalismo; somente me importa aqui o uso dos termos assim especializados em sua relação à língua ordinária. Ainda que a observação linguística não seja o objeto de R. P. Droit, ele a encontra, entretanto, quando apresentando o trabalho de Zarka sobre a filosofia do direito, assim resume o aporte *dos jurisconsultores*:

A evolução desta elaboração [as noções de sujeito, de humanidade, de dignidade] obriga os pensadores do século XVII a distinguir claramente conceitos que nós, deploravelmente, temos tendência em acreditar serem equivalentes: indivíduo, pessoa, sujeito³.

Sendo a equivalência de conceitos inseparável daquela de termos, estes se servem mutuamente de substitutos e circularmente de definição ou de reforço.

Assim, quando Droit retoma os termos de outra obra, vê-se ocorrerem tanto como sintagmas sinônimos ou parafrásticos: *o sujeito pessoal, a dignidade humana, os direitos do homem, os direitos de um sujeito, a existência de uma pessoa*. Esta inflação e manipulação terminológica é frequente nos numerosos ensaios de inspiração antropológica, ética ou psicológica, que encarregam estas três palavras de dar conta da modernidade, esta *época opaca*, como diz R. P. Droit – que sugere, de passagem, ser prudente não esquecer completamente Foucault e Deleuze.

Encontro esta dificuldade terminológica, estreitamente ligada ao esforço de elaboração de conceitos adequados, numa comunicação de J. P. Kaminker sobre o tema da *reivindicação identitária*⁴. Fazendo isso, autorizo-me a tomar a sua *ideia principal*, qualificada de “simples proposição de higiene terminológica”: “Não apliquemos o conceito de identidade, diz ele, a não ser no caso particular da pessoa individual” (Kaminker, 2000, p. 16). Ora, ao criticar a *ideologia identitária*, ele coloca como indo de si, não somente o conceito de identidade (do qual ele diz, pois, que *é esticado hoje à direita e à esquerda*), mas a combinação da pessoa e do indivíduo, produzindo a entidade *pessoa individual*. Ele explicita o que lhe parece aqui *um caso claro de identidade* por um recurso, que se tornou bastante frequente hoje, às especulações de G. H. Mead, anexando a identidade pessoal ao *corpo da pessoa individual*⁵. Neste texto o termo *indivíduo* é privilegiado, visando à relação de cada um aos diferentes tipos de *pertencimento*, mas a comutação com *sujeito* e a combinação *sujeito individual* se produzem também, sem questionar uma possível diferença entre estes termos, tornados simples variantes estilísticas. Se em outros casos, ao inverso, sua diferença se encontra reforçada, isto pode ser para vir ao encontro de uma oposição filosófica clássica, por exemplo, entre imanência e transcendência em Alain Renaut, para quem o sujeito se tornou *o horizonte do indivíduo*, sua *figura moderna, humanista*⁶.

Todas estas demonstrações se mantêm caso se aceite o princípio, a saber, de que elas se apropriam dos termos em jogo como se estes não tivessem nenhuma existência independente antes de serem apoderados. Este era afinal o modo de fazer habitual da filosofia⁷ e, com frequência, nas ciências humanas. Não haveria sentido perguntar-se aqui se isso se fazia sempre em proveito do pensamento e da ciência; vejamos antes o que se passa, quando nos preocupamos menos em definir conceitos do que em especificar tipos de escrita.

Recordamos que, desde o final dos anos 1960, quando ainda não surgira a *era da suspeição*, Philippe Lejeune começava a sua longa análise desta *categoria* da escrita, que é para ele a autobiografia, com a seguinte questão: “[...] em que sentido a evolução de mídias está metamorfoseando a maneira pela qual cada um se vê como sujeito e vê as suas relações com os outros sujeitos?” (Lejeune, 1970, p. 8). A partir de um estudo formal do jogo linguístico de “pessoas”, os termos são assim especificados: *sujeito* remete à “autenticidade” requerida pelas “histórias de vida”, *indivíduo* ao projeto de escrita em si mesmo – “testemunho individual”, produção de um “texto centrado numa vida indivi-

dual” (Lejeune, 1970, p. 255) – visando a distinguir-se dos outros membros do grupo. Que os dois aspectos levam em conta o imaginário, o autor o salienta *no final*, especificando o objetivo de seu projeto: “desconstruir a ilusão do sujeito à qual o encoraja o gênero autobiográfico”. Desta preocupação crítica comum na época eu retomarei o modo pelo qual ela se formula nesta última página:

De sorte que ao termo desta fantasiosa personalização “eu” tem chance de não mais ser pessoa. [...] Mas, para falar assim, seria preciso acreditar que “eu” era anteriormente alguém uno e bem sólido” (Lejeune, 1970, p. 316).

“Eu” não é “pessoa”, “eu” é “alguém uno”, esses enunciados torturados recusam os limites da língua para dobrá-la a uma vontade de elaboração conceitual: lutar contra a ilusão de unidade da consciência, no caso de Lejeune, buscar o termo (o conceito) que evitaria a “[...] redução imaginária da identidade a um pertencimento de grupo” no caso de Kaminker (2000, p. 16). Mas se sabe (se supõe) que estes mesmos autores, quando falam fora da situação de produção conceitual, seguem o uso ordinário que rejeita essas sinonímias forçadas e guarda suas próprias distinções, aquelas do sentimento linguístico comum.

O Sentimento Linguístico

Assim, meu sentimento linguístico me assopra que através de um jogo de palavras, o sagaz semiótico citado anteriormente quer fazer aceitar como uma simples substituição linguística, a passagem, eticamente decisiva, de *personne* (com negação), marca linguística da ausência, a uma *personne* de carne e osso⁸. Trata-se, neste texto, de descrever “a confrontação com os outros”, “a tomada de consciência de si através da mediação com o outro”. Em um primeiro *estádio* de encontro (que não posso desenvolver aqui):

[...] ‘o outro’ não era ainda, falando estritamente, *pessoa*. Em seguida, conduzindo a passagem a um regime diferente, nós vimos sua figura se especificar, crescer, até nos permitir sentir a presença de um ser de carne lá em que nós só tínhamos encontrado anteriormente um simulacro evanescente encarregado de ocupar o lugar vazio do não-eu. Em suma, lá onde não havia no início pessoa então apareceu “uma pessoa”, *alguém*⁹.

Sem me deixar enganar como Polifemo, irei observar que esta descrição fenomenológica, jogando com a língua, negligencia a diferença mínima, mas gramaticalmente decisiva, entre *une personne* (com determinante) e *personne* (sem determinante, mas com negação, *o outro não era ninguém*). É verdade que Littré assinala: [...] sem negação, *personne*, substantivo abstrato é sempre masculino e singular e significa alguém. *Alguém algum dia acreditará?...* Mas este emprego, é claro, saiu do uso ordinário e quando a marca da negação apagou *personne*, não passa do mesmo modo ao afirmativo, tanto que fica sem

determinante¹⁰:

– Il y a quelqu'un? / Há alguém?

– Il (n')y a personne? / Não há ninguém?

– Non, il (n')y a personne. / Não, não há ninguém.

Poder-se-ia acrescentar, nesta demonstração fortemente gramatical, que *alguém*, ainda, não é comutável com *uma pessoa* a não ser a custo de uma evidente mudança de sentido, isto precisamente que o autor busca produzir:

– Oui, il y a une personne / Sim, há uma pessoa.

É interpretável segundo a entonação em *há uma pessoa e não todos aqueles que se esperava* ou *há somente uma pessoa, mas importante!*, ou mesmo *há somente uma pessoa mas é alguém!* Depreende-se que entre a ausência anexada ao indefinido de sentido negativo e a presença declarada pelo sintagma nominal, a proximidade formal, historicamente explicável, induz um deslizamento com o qual um falante astucioso pode jogar, pondo em risco o sentimento linguístico de locutores ingênuos.

Sujeito/Indivíduo

Esse locutor ingênuo produzirá, para se fazer compreender, enunciados muito simples e os submeterá ao julgamento de informantes de boa fé linguística. Assim se colocará em evidência distinções diferentes, fortes e persistentes, não tocadas pelos jargões mais sutis. Assim cheguei a encontrar indivíduos e conviver com *elles*, e até mesmo indivíduos estranhos, mas nunca com *sujeitos!* Na língua corrente *sujet* não designa um ser humano. Fora de um emprego afetivo da língua, *c'est un mauvais sujet/é um mau sujeito*, é de uso arcaico e limitado e somente algum educador ou juiz falaria de um *bon sujet/bom sujeito* ou um médico de um *sujet intéressant/sujeito interessante*. Quanto aos *bons e leais sujeitos de sua majestade*, eles são somente evocados nos contos e em seus equivalentes nas mídias. O termo é reservado a empregos abstratos: *le sujet de l'examen, de la thèse ou d'une journée d'études/o objeto do exame, da tese ou de uma jornada de estudos*, isto é, daquilo do qual se fala ou se escreve formalmente; muito pouco se falará do sujeito de um romance ou de uma história em quadrinhos. *C'est à quel sujet/É sobre qual sujeito?* Supõe um ar não só atento quanto grave: *c'est au sujet de votre fils qui n'a pas réapparu au lycée, c'est au sujet de ce que vous savez .../é sobre seu filho que não tem aparecido na escola, é sobre o que o(a) senhor(a) já sabe...*

Esta herança da lógica, o *sujeito* sendo aquele do qual se fala e o *predicado* o que dele se diz, é especificada na tradição escolar como *sujeito gramatical*, aquele de quem se diz fazer ou ser tal coisa (Quem é que...?), que coincide

ou não, segundo os casos, com uma nova figura, o *sujeito de enunciação*, aquele que diz *eu*, aqui-agora, que não é outro senão exatamente o *sujeito de enunciação* dos psicanalistas. São, pois, empregos técnicos, os quais podem variar segundo as teorias, estrangeiros, portanto, à língua ordinária que não os mantém, como *proposição*, *análise* e outros tantos, fixados nas lembranças da escola primária. Desta herança de saber, no entanto, a língua guardou *sujeição* e *assujeitamento* e, mais frequentemente, a expressão *estar sujeito a* (*crises de violência*, *acessos de tosse...*) e *sujeito a caução*, caso em que *sujeito* implica uma submissão moral e física, tal como aquela dos sujeitos do rei¹¹.

O termo *sujeito*, que consta nas ciências humanas, originou-se da filosofia (o *sujeito* por relação ao *objeto*, nos lembra Littré, que não vê aí o emprego mais corrente). Retomado pela psicanálise lacaniana, em uma relação com a filosofia que não é geralmente explicitada, resta ignorado na língua ordinária para designar um ser humano. Diante da porta, mesmo daquela de um psicanalista, eu encontro não um sujeito, mas uma pessoa, eventualmente um indivíduo. Mas entre *pessoa* e *indivíduo* intervém uma distinção bastante forte, como o mostram algumas substituições difíceis ou que introduzem uma mudança de sentido.

C'est une personne charmante / É uma pessoa charmosa
?? C'est un individu charmant / ??É um indivíduo charmoso

C'est un drôle d'individu / É um indivíduo esquisito
? C'est une drôle de personne / ?É uma pessoa esquisita

Qui est cet individu? / Quem é este indivíduo?
Qui est cette personne? / Quem é esta pessoa?

Se você diz: *encontrei um indivíduo diante da porta*, espera-se o seguinte: *Ah sim? O que é que tinha de suspeito?*

Nada na etimologia do termo (o que não é dividido ou divisível) conduzia *indivíduo* a este emprego mais ou menos pejorativo, que o torna comutável com *tipo*, dois termos classificatórios encontrados no falar cotidiano, com semelhante marca de desprezo,

C'est un individu bizarre / É um indivíduo bizarro.
C'est un tipe bizarre / É um tipo bizarro.

Parece difícil empregar indivíduo de maneira neutra:

250 F par personne / 250 F por pessoa
*250 F par individu / 250 F por indivíduo

tampouco de valorizá-lo: *É um belo indivíduo* remete a tomá-lo friamente como um espécime; *é um indivíduo simpático* dá a entender uma pitada de rejeição ou, ainda, se destaca como antífrase familiar quando se diz afetuosamente: *é um pequeno patife!*

O individualismo e o individualista, se sabe, possuem má fama (salvo em A. Renaut que os faz a figura moderna do humanismo); a palavra chama o egoísmo. Curiosamente, *individual* e *individualmente* não têm esta marca pejorativa: *tomados individualmente os estudantes são agradáveis mas num auditório!...* Uma *passagem individual* se opõe simplesmente à *passagem coletiva* e ao automóvel, *meio de transporte individual*, aos *transportes em comum* do *carte orange*¹². Este emprego neutro do adjetivo e do advérbio encontra o emprego lógico e filosófico do substantivo *indivíduo*: o singular em relação ao plural, a parte em relação ao todo; o espécime em relação à espécie, o que serve de ponto de partida às reflexões sociológicas: indivíduo, ficticiamente isolado/*sociedade*, conjunto de onde se o extrai.

Indivíduo/Pessoa

Sem adjetivo, *pessoa* parece de início tão neutro quanto *indivíduo* no seu emprego classificatório: *Havia muitas pessoas; 250 F/pessoa*. De fato, os termos não são substituíveis: **250 F/ indivíduo; uma pessoa após a outra; *um indivíduo após o outro*. É que *pessoa*, diferentemente de *indivíduo*, dá destaque ao caráter humano naquilo que não é inteiramente redutível à numeração. Assim o nome *o pessoal*, quer se trate do pessoal doméstico ou o de uma empresa, designa os empregados e não bens materiais.

O indivíduo não é, portanto, o equivalente da pessoa; *indivíduo* e *individual* como *social* e *sociedade* são do registro da instituição, do público. Para encontrar o privado é necessário recorrer ao *pessoal*: uma decisão não é nem *mais* ou *menos individual* nem *mais* ou *menos social*, mas ela pode ser *mais* ou *muito pessoal*. A pessoa depende da avaliação subjetiva, tanto positiva como negativa, e assim do grau de comparação: *É uma pessoa muito sedutora, mas, às vezes, insuportável*.

O adjetivo e o advérbio introduzem claramente a opinião, o engajamento, a consciência do que as ciências humanas chamam um sujeito: *é uma opinião pessoal; ele se apresentou em pessoa; estou pessoalmente envolvido...* Em todos estes casos a substituição por *indivíduo* é impossível (**ele se apresentou em indivíduo*) ou muda o sentido. Uma jovem informante assim definiu para mim: *um trabalho individual é o que se faz sozinho; um diário onde se escreve os seus próprios segredos é pessoal*. Da mesma forma, documentos de identidade serão ditos individuais e uma investigação ou um estilo pessoais. Fala-se de uma personalidade, não de uma individualidade etc.

A *pessoa*, é assim, por este termo, que a língua ordinária designa, o que cada um pretende ser por si mesmo, *Ipse* diz Ricoeur, *Self* dizia Winnicott, de qualquer forma irredutível ao *indivíduo*, anônimo e intercambiável: *é um encontro pessoal*, dizendo de outro modo, privado, mesmo íntimo. É assim que, no espaço eminentemente público da Internet, cada um tem direito a seus *dados pessoais*, que um organismo oficial (a CNIL) está encarregado de monitorar e

proteger das indiscrições. E se sabe que os pronomes ditos *de pessoa*, reduzidos às duas primeiras desde Benveniste, têm um estatuto especial em relação aos outros pronomes, especialmente *ele*, o qual Benveniste coloca com muita eloquência como a *não-pessoa*.

Quanto à *sociedade* e ao *social*, a língua, nos seus empregos atuais, não reflexivos, dirige-os ao exterior e limita-os a empregos técnicos: uma sociedade é *anônima*, de *responsabilidade limitada* ou ainda *acadêmica*, expressões jurídicas marcam a instituição. A sociedade quanto a ela mesma, o conjunto indiferenciado dos outros, é frequentemente declarada dura, implacável ou indiferente e injusta; diz-se que muitos são, de algum modo, dela excluídos. São termos que carregam restrição, submissão e sofrimento. O sentido latino de *sócio*, o companheiro ou o aliado, não ficou ligado a *social*, mas a *sociável* (qualidade de um bom companheiro) e a *associado*. Ora uma associação é um conjunto, que certamente comporta algum regulamento (interno), mas ao qual se adere por escolha pessoal, e não por necessidade ou obrigação; então, não se tem a escolha de nascer nesta ou naquela sociedade nem de recusar (salvo caso patológico) a língua materna, aquela da sociedade onde se nasceu, este legado, dizia Saussure, ou ainda *a carta marcada*¹³. Pode-se tentar forçar a língua ou tentar mudar a sociedade, a resistência que qualquer tentativa pessoal encontra é a de um exterior.

Os empregos de *social* são marcados por esta exterioridade: *segurança social*, *assistência social*, *contribuição social generalizada*, *ajuda social*, *assistência social...* é a administração, anônima ou quase, de documentos, dossiês, escritórios, o Estado que certamente ajuda o indivíduo mas no interior de uma rede de obrigações opacas à pessoa. Nada no uso dessas expressões técnicas e cristalizadas faz recordar que se trata de *aquisições sociais*, resultado de *lutas sociais*, empregos de *social* que destacam o discurso reflexivo do militante político e sindical. Pode-se observar assim que para a língua ordinária a pessoa não é levada em conta quando se fala do social: *pertencimento social*, *fratura social* é do jargão de políticos e jornalistas. Não é válido para ser classificado nos *casos sociais*.

Para concluir este levantamento, que não visa à exaustividade, parece que a língua cotidiana, fonte e veículo da opinião comum, ignora ainda as teorias tanto sociológicas quanto psicanalíticas. Ela continua a valorizar somente a pessoa, sua consciência, sua liberdade, sua unicidade tradicional, avessa e contra todas as clivagens inventadas pelas ciências sociais. Se em uma abordagem reflexiva se pode superar estas resistências linguísticas, a inclinação natural, numa troca banal, é de retomar esta herança rude: a sociedade é um peso, o outro é um estranho anônimo, todo indivíduo causa inquietação, o único refúgio é minha *pequena pessoa!*

Tenho consciência de que talvez possa ter me enganado ao sobrepor dois problemas: a persistência de uma língua ordinária, estrangeira às metalinguagens dos que se esforçam a um pensamento novo sobre 'o Homem e a Sociedade' e a possibilidade, em reconhecendo e analisando esta língua ordinária, de

escapar aos jargões dos especialistas, línguas de madeira, enxertos mal-vindos, que se endereçam somente aos especialistas fechados em seu código; em suma, esta escrita que recusava o protesto de meu sonho. Mas isso não é resignar-se ao arcaísmo de um pensamento fortificado no interior da sua língua? Ou então é preciso esperar somente a literatura, aquela que não pretende fazer avançar o pensamento, todavia de repente o faz? ‘Somente eu! Eu sinto meu coração e conheço os homens’. Rousseau, isso no seu tempo era jargão?

Fora do sonho há somente compromisso, e é preciso pedir emprestado, em algum grau, uma metalinguagem, para entender somente o que continua a se dizer de qualquer modo e apesar de, esta atividade obstinada tanto em conservar quanto em mudar a língua, cujos sujeitos, porque falam, são a fonte e os agentes, não mais mestres do que aceitam dizer do que daquilo que recusam.

Recebido em fevereiro de 2011 e aprovado em agosto de 2011.

Notas

- 1 Nota de Tradução: os aspectos formais da citação original foram reproduzidos *ipsis litteris*. A obra do primeiro autor citado encontra-se em português: FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito. Coleção Obras de Michel Foucault, 3. Ed, Editora Martins Fontes, 2011. A citação do segundo autor pode ser localizada em: LANDOWSKI, Eric. Saveur de L’Autre. In: Passions sans nom. Paris: P.U.F., 2004. P. 142.
- 2 Le Monde, 24-11-2000. Lamenta-se que esta crônica tenha desaparecido do Monde de livros.
- 3 Nota de Tradução: os aspectos formais da citação original foram reproduzidos *ipsis litteris*. A autora se refere à crônica de Roger-Pol Droit, publicada no Jornal Le Monde Diplomatique de 24/11/2000, que tem o mesmo título deste artigo: “C’est à quel sujet?”. Roger-Pol Droit é pesquisador no CNRS, desenvolvendo reflexão sobre a filosofia do cotidiano.
- 4 Jean-Pierre Kaminker (2000).
- 5 Citado na tradução sem referência de Victoroff (1952). Sem dúvida, trata-se de Mind, self and Society (1934).
- 6 Alain Renaut (1995).
- 7 Com algumas exceções notáveis: Platão falava com Sócrates na língua de todo o mundo e Wittgenstein foi o grande defensor da linguagem ordinária.
- 8 Nota de Tradução: o termo francês *personne* sofre alteração de sentido, quando empregado em enunciados negativos, correspondendo em português ao pronome indefinido *ninguém*. Em enunciados afirmativos, equivale ao substantivo *pessoa* ou ao indefinido *alguém*.
- 9 Nota de Tradução: os aspectos formais da citação original foram reproduzidos *ipsis litteris*. A autora cita o dicionário de Littré, 1863.
- 10 Nota de Tradução: optou-se por colocar a tradução em português ao lado de cada

exemplo apresentado pela autora.

- 11 O termo de gramáticos latinos era inicialmente *suppositum*, limitado ao emprego gramatical; ele foi substituído por *subjectum*, que tinha na língua um emprego muito mais amplo, implicando precisamente esta submissão, estrangeira ao emprego técnico
- 12 Nota de Tradução: a *carte orange* é uma passagem de metrô que tem validade de um mês.
- 13 Nota de Tradução: a expressão *carta-marcada* (*carte forcée*) significa a obrigação de fazer algo sem que se possa recusá-lo.

Referências

- DROIT, Roger-Pol. "C'est à quel sujet?". **Le Monde Diplomatique**, Paris, 24 nov. 2000.
- FOUCAULT, Michel. **L'Herméneutique du Sujet**. Cours du Collège de France (1981-1982). Paris: Gallimard; Le Seuil, 2001.
- KAMINKER, Jean-Pierre. Identités Régionales et Appartenance. **Cahiers de l'Université de Perpignan**, Actes du colloque international, Arts et identité régionale, n. 32, 2000.
- LANDOWSKI, Eric. Saveur de l'Autre. **Texte n. 23/24**, Toronto, 1998.
- LEJEUNE, Philippe. **Je est un Autre**: l'autobiographie de la littérature aux médias. Paris: Le Seuil, 1970.
- LITTRÉ, Émile. **Dictionnaire de La Langue Française**. Paris: Hachette, 1863.
- RENAUT, Alain. **L'Individu**: réflexions sur la philosophie du sujet. Paris: Hatier, 1995.

Claudine Normand é fundadora do Groupe de recherche em histoire de la linguistique (GHIL), o qual coordena até hoje, e professora de Linguística da Universidade de Paris X (Nanterre).
E-mail: normand.claudine@wanadoo.fr

Tradução: Regina Maria Varini Mutti e Aracy Ernst-Pereira
Revisão da Tradução: Valdir Flores

Nosso agradecimento a Valdir Flores pela intermediação junto à autora da tradução e publicação deste artigo.